



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

17
2

102

Agravo: Nº. 183228-6/01.

Agravante: Ferreira Costa & Cia Ltda.

Agravado: Manfred Norbert Ritschel e Rita de Cássia Viana dos Santos.

Relator: Des. Eduardo Sertório.

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. PRELIMINAR DE AGRAVO RETIDO. TESTEMUNHA CONTRADITADA. REJEITADA. NÃO INCIDÊNCIA DO ART.405, §3º, INCISO III DO CPC. APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. NÃO EXISTÊNCIA DE VÍNCULO FUNCIONAL NÃO ISENTA OBRIGAÇÃO DO EMPREGADOR DE INDENIZAR. ART.932, INCISO III, E ART.933, AMBOS DO CPC.

- 2
3459
1. O fato de uma das testemunhas arroladas pelos apelados demandar contra a apelante em outro processo não torna essa testemunha suspeita.
 2. A responsabilidade objetiva da empresa agravante por atos praticados pelo preposto independe da existência de vínculo funcional ou registro em carteira. Apenas é necessária a demonstração de relação de fato entre o empregador e o preposto, situação comprovada por meio das provas testemunhais apresentadas nos autos.
 3. Está caracterizada a ocorrência de danos morais em face dos ofendidos, provocada pelo preposto da empresa apelante. Incidência de responsabilidade objetiva de que trata os arts. 932 e 933 do CC.
 4. O valor fixado a título de danos morais considerado razoável para reparação do dano, tendo em vista o constrangimento causado aos autores, ensejando, inclusive, o pedido de rescisão do contrato de trabalho por parte da ofendida.
 5. Recurso em que se nega provimento à unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo nº **183228-6/01**, em que figuram como agravante a **Ferreira Costa & Cia Ltda** e como agravados **Manfred Norbert Ritschel e Rita de Cássia Viana dos Santos**, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em negar *provimento ao agravo retido e no mérito nego provimento ao agravo legal nos termos do voto do relator*, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte deste julgado.

Recife, 26/11/05

Jc *Eduardo Sertório*

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

18
L
103

Agravo: Nº. 183228-6/01.

Agravante: Ferreira Costa & Cia Ltda.

Agravado: Manfred Norbert Ritschel e Rita de Cássia Viana dos Santos.

Relator: Des. Eduardo Sertório.

RELATÓRIO

Cuido de recurso de agravo (apenso 1) com pedido de retratação diante de decisão monocrática que negou seguimento ao Recurso de Apelação interposto pela Ferreira Costa & CIA Ltda, nos termos do art.557, *caput*, do CPC.

A decisão agravada foi relatada nos seguintes termos:

*"Cuido de apelação (fls.118/123) interposta por **Ferreira Costa & Cia Ltda** contra decisão proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da Capital (fls. 107/113), nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, processo nº 001.2006.018196-7, proposta por **Manfred Norbert Ritschel e Rita de Cássia Viana dos Santos**.*

Adoto o relatório constante da sentença (107/113).

Sentença (fls. 107/113): *julgou procedente, em parte, os pedidos formulados pelos autores. Condenou a Ferreira & Cia Ltda a indenizar os autores em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por danos morais, causados pelo empregado da ora apelante. Por outro lado, rejeitou o pedido de indenização por danos materiais, tendo em vista não ter nos autos provas do prejuízo patrimonial decorrente das agressões físicas sofridas. Por fim, condenou os autores e a ré proporcionalmente nas despesas processuais e nos honorários advocatícios, na conformidade do art. 21 do CPC.*

Apelação da Ferreira Costa (fls. 118/123): **preliminarmente**, requer o conhecimento e provimento do agravo retido interposto em audiência de instrução e julgamento, a fim de ser anulado e desconsiderado o depoimento da testemunha Paula Cristina Conceição de Souza.

No mérito, alega: a) os ofendidos não provaram a ocorrência do evento danoso afirmado na inicial, pois a prova colacionada se limitou à oitiva de testemunhas as quais tomaram ciência do fato por informação alheia; b) a pessoa de nome "Dantas" não trabalhava para ela, apelante. Por fim, requer o conhecimento e provimento do apelo para serem julgados improcedentes os pedidos. Alternativamente, requer a redução do quantum indenizatório, caso seja mantida a sentença.

Contrarrazões de Manfred e Rita de Cássia (fls.132/135): nas contrarrazões, os apelados, rechaçando as razões do recurso, requerem o não provimento do recurso de apelação."

Decisão Terminativa: às fls. 144/149. com base no art. 557 do CPC, não conheci da apelação diante de sua manifesta improcedência.

Recurso de Agravo: interposto pela **Ferreira Costa & CIA Ltda** requer a reforma da decisão terminativa no intuito de ser dado provimento ao Recurso de Apelação nº183228-6, a fim de ser conhecido, em sede de **preliminar**, o agravo retido interposto em audiência de instrução e julgamento, com a finalidade de obter a anulação e desconsideração do depoimento da testemunha Paula Cristina Conceição de Souza.

Em não sendo recebida a referida preliminar, requer, no **mérito**, a improcedência dos pedidos do agravado sob as seguintes alegações: a) não terem os ofendidos provado a ocorrência do evento danoso afirmado na inicial, tendo em vista a prova colacionada ter se limitado à oitiva de testemunhas as quais tomaram ciência do

104

fato por informação alheia; b) não haver provas de ser a pessoa de nome "Dantas", o pretenso agressor, preposto da apelante, tampouco ter o mesmo perpetrado a alegada agressão.

Pugna pela apreciação e conhecimento do presente recurso de agravo a fim de que seja exercido o juízo de retratação, ou, alternativamente, seja lavado à sessão.

É o relatório.

Recife, 06/11/07

Jc. E.S. Cant
EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo: Nº. 183228-6/01.

Agravante: Ferreira Costa & Cia Ltda.

Agravado: Manfred Norbert Ritschel e Rita de Cássia Viana dos Santos.

Relator: Des. Eduardo Sertório.

VOTO

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

Não merece prosperar o pleito do recorrente, pelos motivos expostos a seguir.

Da preliminar de agravo retido

A agravante, em sede de recurso de agravo, requer, primeiramente, o acolhimento da preliminar de agravo retido, sustentando, com esteio no inciso III, do §3º, do art.405, ser a testemunha Paula Cristina Conceição de Souza suspeita, sob a alegação de existir "troca de favores" entre a agravada e a testemunha.

Em análise do presente pedido, observo não restar comprovada a "troca de favores", tendo em vista que o simples fato de a testemunha demandar contra a agravante em um feito trabalhista não a tornar suspeita para o presente litígio. Nesse sentido, segue jurisprudência coligida por Theotônio Negrão¹:

Não é testemunha legalmente suspeita a pessoa arrolada por uma das partes, que também demanda, em outro processo, contra a outra. (RJTAMG 24/162)

Confirma esse entendimento súmula do Tribunal Superior do Trabalho:

Súmula Nº 357 do TST TESTEMUNHA. AÇÃO CONTRA A MESMA RECLAMADA. SUSPEIÇÃO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 Não torna **suspeita** a **testemunha** o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador.

Além disso, é de se ressaltar ter a expressão "inimigo capital", mencionada no inciso III do § 3º do art. 405, do CPC, uma significação superior a uma simples inimizade. Segundo a jurisprudência, inimigo capital é aquele imbuído de grande ódio, o inimigo mortal. Nesse sentido, segue aresto coligido por Nelson Nery Júnior²:

¹ NEGRÃO, Theotônio e GOUVÊA José Roberto F. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL EM VIGOR. 39ªed.atual. até 16 de janeiro de 2007. - São Paulo: Saraiva, 2007. p.509.

² NERY JÚNIOR, Nelson. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO E LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. 10ªed..rev., ampl.e atual.. até 1º de outubro de 2007. - São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2008. p.642.

Inimizade pessoal. Simples inimizade ou malquerença não pode ser considerada inimizade pessoal. Inimigo capital é o imbuído de grande ódio, é o inimigo mortal. (RJTJSP 64/146)

106

Por essas razões, **NEGO PROVIMENTO DO AGRAVO RETIDO**, que pugna pela rejeição à testemunha PAULA CRISTINA CONCEIÇÃO DE SOUZA, por estar desprovida de razão. Assim, voto por manter válido o depoimento da testemunha PAULA CRISTINA CONCEIÇÃO DE SOUZA.

DO MÉRITO

Da existência do fato danoso

O cerne da questão está em saber se existiu ou não o evento danoso como narrado na inicial, bem como se existe ou não responsabilidade da Ferreira Costa pelos danos causados aos apelados.

Primeiramente, não cabe discutir sobre a existência ou não das lesões, pois restaram comprovadas por meio do boletim de ocorrência de fls. 13/14 e perícia traumatológica de fl.12.

As questões a serem discutidas, então, passam a ser a autoria do dano, bem como a responsabilidade ou não da apelante pela prática do evento danoso.

A conduta danosa teria sido praticada por uma pessoa conhecida pelo nome "Dantas", conforme resta demonstrado nos depoimentos prestados pelas testemunhas dos agravados.

A agravante aduz não haver provas de ter ocorrido a referida agressão, tendo em vista ninguém ter assistido à mesma.

Entretanto, observo que apesar de não haver testemunhas que tenham assistido ao evento, os agravados apresentaram um conjunto probatório robusto o bastante para sustentar a existência da agressão sofrida pelo Sr. Manfred.

Sobre a validade de provas produzidas nestas circunstâncias, ensina Moacyr Amaral Santos, *verbis*:

*"Um fato conhecido, como causa ou efeito de outro, está a indicar este outro, de algum modo. Dada a existência de fato conhecido, certo é que outro existiu ou existe, com grande chances de este fato desconhecido ser o que se pretende conhecer e provar. O conhecimento de determinado fato pode ser induzido da verificação de um outro fato"*³ (grifos)

Nesse contexto, resta demonstrada a existência do evento danoso por meio das provas apresentadas, tendo em vista que, apesar de não terem assistido ao evento, as testemunhas deixaram claro o mesmo ser de

³ Moacyr Amaral Santos *apud* DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil*. Vol. 2. 2ª. ed. Salvador: JusPodivm, 2008, p. 56

107 2

conhecimento comum entre os empregados da empresa. Colho trecho do depoimento de umas das testemunhas, *verbis*:

"Que a depoente não presenciou o fato narrado na petição inicial(sic), contudo, no dia seguinte, como também trabalhava na loja pertencente a ré, presenciou a autora Rita de Cássia chorando e, então veio a saber da ocorrência do fato; que chegou a presenciar o gerente da loja chamar a referida autora ao escritório para conversar; segundo a depoente ouviu dizer, o autor sofreu agressões físicas e ofensas morais, sendo que com relação a estas últimas, o empregado da loja comentou que o autor era estrangeiro e que não tinha vez no Brasil (...)" (depoimento de Graciane Maria da Silva - fl.93 do termo de audiência - fls.93/96)

"Que a depoente por ocasião do fato ocorrido, trabalhava na empresa ré e chegou a ouvir as pessoas comentando que no estacionamento havia ocorrido um desentendimento entre um funcionário e o 1º autor, sendo que este último foi acusado de ser ladrão; recorda-se a depoente que na ocasião as pessoas corriam de um lado para o outro para saber o que estava acontecendo (...)" (depoimento de Paula Cristina Conceição de Souza - fl.94 do termo de audiência - fls.93/96)

Dessa forma, resta clara, por meio de provas indiciárias (Boletim de Ocorrência e depoimentos das testemunhas), a existência da agressão, bem como também deixa claro ser do conhecimento de outras pessoas o acontecimento da violência sofrida pelo agravado.

Ressalto ainda, ter sido oportunizado a agravante ouvir suas testemunhas, contudo a mesma desistiu da produção de tal prova, conforme consta às fls.95 do termo de audiência. Dessa forma, deixou, mais uma vez, de desconstituir os fatos alegados e indiciariamente provados pelos agravados.

Além disso, a empresa demandada aduz em sua contestação (fls.23/27) possuir 2 (dois) sistemas de segurança na área interna e externa da loja, *"inclusive mantendo sistema eletrônico de monitoramento através de câmaras"* (fl.24).

Contudo, não se valeu dessas filmagens para negar os fatos ocorridos, ou seja, comprovar a inexistência de uma agressão ao 1º autor no seu estacionamento.

Ou seja, verifica-se nos autos uma atitude passiva da Ferreira Costa diante dos fatos alegados pelos agravados e das provas testemunhais produzidas pelos mesmos.

Preferiu a Agravante valer-se da suposta fragilidade das provas produzidas nos autos, abrindo mão de seu direito de defesa e, via de consequência, não se desincumbindo do ônus probatório de desconstituir os fatos alegados pelos agravados.

Ultrapassada essa questão, centra-se a discussão, agora, em saber a vinculação do agressor com a Ferreira Costa para estar no local da agressão.

A Ferreira Costa afirmou que a pessoa chamada "Dantas" não pertencia ao seu quadro de funcionários. Todavia, os documentos acostados por ela não

108
contrapõem as provas da presença do tal Dantas no local como trabalhador não oficial da empresa agravante.

Nos termos do Código Processual Civil Brasileiro, de acordo com o art. 333, incube ao réu o ônus de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Além disso, é pacífico na doutrina não ser importante a existência de vínculo funcional ou registro em carteira para que haja uma relação entre o preposto e o empregador.

Assim, ensina Rui Stoco:

Resulta claro, portanto, que a responsabilidade por fato de outrem, com base no referido inciso III do art. 932, é muito mais abrangente do que a doutrina até hoje reconheceu. Basta imaginar as inúmeras variantes que podem decorrer da interação fática entre aqueles que são responsabilizados pelo fato e outrem (empregador ou comitente) e aqueles outros cujos atos praticados ensejam a responsabilidade dos primeiros (empregados, serviçais e prepostos).

Como consequência lógica tem-se, numa primeira visada, que o empregados responderá pelos atos praticados por seus empregados, serviçais e prepostos.

*Do que se conclui que a **relação formal de emprego é desimportante, não se exigindo vínculo funcional ou "registro de carteira". Basta que se demonstre uma relação de fato entre o empregador e o empregado para surgir a obrigação daquele.***⁴ (grifos)

Os agravados, por meio de seu arcabouço probatório, demonstraram ser de conhecimento público a existência de relação entre o "Dantas" e a Ferreira Costa, conforme demonstrado nos depoimentos das testemunhas dos ofendidos.

A Ferreira Costa negou a existência de qualquer vínculo com o citado Dantas, mas não apresentou provas capazes de desconstituir os depoimentos das testemunhas arroladas por Manfred e Rita de Cássia.

A agravante apenas afirmou não ser o "Dantas" seu "empregado", não desconstituiu, pois, as alegações das testemunhas acerca de ser o agressor freqüentador assíduo das dependências da empresa, chegando a ser visto como empregado da Ferreira Costa pelos demais funcionários.

Assim, conclui-se que, mesmo não sendo empregado, ele tinha acesso às dependências da agravante quase diariamente, como uma espécie de segurança do local, conforme restou demonstrado nos depoimentos das testemunhas transcritos a seguir:

*(...) segundo a depoente ouviu dizer, o autor sofreu agressões físicas e ofensas morais, sendo que com relação a estas ultimas, o empregado da loja comentou que o autor era estrangeiro e que não tinha vez no Brasil; que quanto à autora, a depoente soube que a mesma ficou constrangida com o fato ocorrido e que não tinha mais condições de trabalhar no local; **que a depoente não sabia informar qual foi o motivo que deu origem à discussão entre o empregado da ré e o primeiro autor** (...) Que o fato teve*

⁴ STOCO, Rui. TRATADO DE RESPONSABILIDADE CIVIL: DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA. 7ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: editora revista dos Tribunais, 2007. pág. 962.
11 - Recurso de Agravado, nº 183228-6/01

109 2

repercussão entre os empregados da empresa; que segundo lhe consta, o ofensor era empregado da ré; que os funcionários que chamaram a autora para a sala reservada possuem o nome de Geildo, Marcos Leite e Alexandre (...) (grifos) - depoimento de Graciete Maria da Silva, às fls. 92/93.

(...) Que a depoente, por ocasião do fato ocorrido, trabalhava na empresa ré e chegou ouvir as pessoas comentando que no estacionamento havia ocorrido um desentendimento entre um funcionário e o 1º autor, sendo que esse último foi acusado de ser ladrão; recorda-se o depoente que na ocasião as pessoas corriam de um lado para o outro para saber o que estava acontecendo (...) Que o nome do agressor é "Dantas" e, segundo a depoente, o mesmo não era empregado da ré, pois, segundo informações, pertencia à Polícia Militar; que o citado Dantas comparecia muito à loja, quase todo dia, vestindo ou não fardamento da polícia; que depois do fato ocorrido a 2ª autora chegou a ser chamada a direção da empresa, mas a depoente não sabe informar por qual motivo (...) (grifos) - depoimento de Paula Cristina Conceição de Souza, às fls. 93/94.

Dessa forma, mesmo não sendo empregado, restou demonstrada a vinculação do dito segurança com a agravantem, para o livre acesso do agressor às suas dependências habitualmente.

Incide, na espécie, a responsabilidade objetiva de que tratam os arts. 932 e 933 do CC⁵.

Nesse contexto, diante do acima exposto, bem como levando em consideração o conjunto probatório acostado aos autos, estão caracterizados os danos morais contra o Sr. Manfred e Rita de Cássia, causados pelo preposto da Ferreira Costa.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO DO ATO LESIVO. NÃO OCORRÊNCIA DE CASO FORTUITO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA PELOS ATOS ILÍCITOS DE SEUS PREPOSTOS. CULPA IN ELIGENDO. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO(...) 2. A empresa é responsável por ato ilícito praticado por seu preposto, em razão da culpa in eligendo. (...) (AgRg no Ag 1107374/RS, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2009, DJe 17/09/2009) (Grifos)

Responsabilidade civil e processual civil. Recurso especial. Indenização por danos morais decorrentes de ato ilícito. Legitimidade passiva. Empresa tomadora de serviços. Funcionário terceirizado. Atuação como preposto. Precedentes. Responsabilidade objetiva. - O fato do suposto causador do ato ilícito ser funcionário terceirizado não exime a tomadora do serviço de sua eventual responsabilidade; - A jurisprudência do STJ entende como preposto aquele que possui relação de dependência ou presta serviço sob o interesse de outrem. Precedentes; - O acórdão recorrido fixou a responsabilidade objetiva da concessionária de serviço público, por ter o acusado agido na qualidade de agente da recorrente. Recurso especial não conhecido. (Resp 904.127/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI,

⁵ Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

(...)

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão

dele;

(...)

Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos.

A doutrina, ao definir a ocorrência do dano moral, abarca o caso em análise, como se denota das lições de Savatier:

"é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc".⁶

A valoração do dano moral é juridicamente possível, devendo-se levar em consideração, de acordo com o critério da moderação e da razoabilidade, aspectos como: a situação econômica do causador do dano; seu grau de dolo ou culpa; sua conduta frente ao lesado, após o ato ilícito; as consequências do ato ilícito; a situação econômica do lesado e sua conduta, à época do fato.

De forma geral, a indenização é fixada de acordo com o livre convencimento do juiz responsável pelo julgamento do processo, sendo certo que esse deve considerar a experiência, os casos análogos, as discussões doutrinárias e jurisprudências, a fim de tornar o valor fixado como fiel punição ao causador do dano e por outro lado não caracterizar o enriquecimento ilícito do ofendido.

Deve-se enfatizar, necessariamente, o equilíbrio correlativo entre o valor da indenização e o patrimônio do causador do dano, no caso, uma grande empresa estadual.

Nesse sentido, convém trazer à colação ensinamento de Sérgio Cavalieri Filho:

"Cabe ao juiz, de acordo com o seu prudente arbítrio, atentando para a repercussão do dano e a possibilidade econômica do ofensor, estimar uma quantia a título de reparação pelo dano moral. (...) Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. A razoabilidade é o critério que permite cotejar meios e fins, causas e consequências, de modo a aferir lógica da decisão".⁷

Acerca da valoração do dano moral em caso de extrema semelhança ao presente, o STJ se pronuncia nos seguintes parâmetros, consoante ementa e voto abaixo transcritos:

CIVIL - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - **DANOS MORAIS - AGRESSÃO FÍSICA EM LOCAL PÚBLICO** - COMPROVAÇÃO - REVISÃO DE FATOS E PROVAS - SÚMULA 07/STJ - VALOR INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO.1.(...) O Tribunal a quo julgou "estar comprovado a injustificável agressão física perpetrada pelo réu-apelado, em local público, causando ao autor-apelante dor, vexame e humilhação em seu bem-estar social e familiar, cabível a indenização por dano moral" (Acórdão, fls. 293).(…) **Para assegurar ao lesado justa reparação, sem incorrer em enriquecimento indevido reduzo o valor indenizatório, para fixá-lo na quantia certa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).**5. Recurso parcialmente conhecido e nessa parte, provido.(grifos) (REsp 813.788/MT, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2006, DJ 11/12/2006 p. 378)

⁶ Traité de La Responsabilité Civile, vol. II, nº 525, in Calo Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989.
⁷ CAVALIERI FILHO, SÉRGIO. Programa de Responsabilidade Civil, 3 ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2002. p. 95/97


11 - Recurso de Agravo nº 183228-6/01

111
2

Assim, tendo em vista o constrangimento causado aos ofendidos, ensejando, a agressão física em local público de Manfred e o pedido de rescisão do contrato de trabalho por parte de Rita de Cássia, diante de ter se tornado insuportável a convivência no ambiente de trabalho, bem como considerando o poder financeiro da Ferreira Costa, e a jurisprudência do próprio STJ, que considerou razoável o valor de R\$ 15.000,00 para indenizar uma pessoa em caso análogo, julgo razoável o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), considerando serem dois os apelados.

Em face do disposto, conheço do presente recurso, mas voto pelo seu não provimento, mantendo a decisão monocrática.

Recife, 20/11/09


EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator